



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
Curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural

**O ZIMBABWE DE M'BIRE NHANTEKWE NA ESFERA DO ESTADO DE
MUTAPA EM MOÇAMBIQUE**

O LIVRO ESCOLAR

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural pela Universidade Eduardo Mondlane.

Autor: Francisco Correia

Supervisora: Prof^a. Doutora Solange Laura Macamo

Maputo, Junho de 2021

**O ZIMBABWE DE M'BIRE NHANTEKWE NA ESFERA DO ESTADO DE MUTAPA EM
MOÇAMBIQUE**

O LIVRO ESCOLAR

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural pela Universidade Eduardo Mondlane.

Francisco Correia

O Júri:

O Presidente

O Supervisor

Oponente

Data ____/____/2021

Índice

DECLARAÇÃO	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA	iii
RESUMO.....	iv
SIGLAS E ABREVIATURAS	v
LISTA DE FIGURAS	vi
INTRODUÇÃO.....	1
Objectivos	2
Geral:	2
Específicos:	2
Problematização	2
Pergunta de partida.....	3
Justificativa	3
Definição de conceitos	4
Métodos de pesquisa	5
CAPÍTULO I. REVISÃO DE LITERATURA	7
1.1. O contexto geral.....	7
1.2. A identidade arqueológica do Estado de Mutapa.....	11
1.3. Causas do declínio do Estado de Mutapa.....	12
1.4. O Materialismo histórico de Nogueira da Costa.....	13
CAPÍTULO II. O CONTEXTO FÍSICO-GEOGRÁFICO DO ZIMBABWE DE MBIRE NHANTEKWE NO DISTRITO DE ZUMBO, NA PROVÍNCIA DE TETE	15
2.1. Apresentação geral da Província de Tete.....	15
2.2. Localização geográfica do Distrito de Zumbo	16
2.3. Condições climáticas do Distrito de Zumbo	16
2.4. Hidrografia.....	17
2.5. Geologia.....	17
2.6. Relevo	17
2.7. Vegetação.....	18
2.8. Solos.....	18
CAPÍTULO III. DESCRIÇÃO DE M'BIRE NHANTEKWE	19
3.1. Descrição.....	19
3.3. Subsídios sobre interpretações Marxista Leninistas	21

CAPÍTULO IV: O ESTADO DE MUTAPA NA ABORDAGEM DO LIVRO ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE	22
4.1. Generalidades.....	22
4.2. Estrutura sócio-económica.....	25
4.3. Pagamento de impostos em trabalho:.....	25
4.4. Pagamento de impostos em géneros:.....	25
4.5. Ideologia do Estado dos Mwenemutapa	25
4.6. Economia do Estado dos (Mwene)mutapa	26
4.7. Interpretação baseada em Nogueira da Costa (1980) e designação do Estado	26
CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

DECLARAÇÃO

Declaro, por minha honra, que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando devidamente referenciadas no texto as fontes e a bibliografia por mim utilizadas.

Francisco Correia

Maputo, Junho de 2021

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, expresso os meus agradecimentos aos meus colegas de serviço, pela compreensão e pelo tempo concedido durante a minha formação e, sobretudo, por me terem substituído, no momento em que eu me encontrava a realizar este trabalho.

De seguida, quero agradecer ao meu primo, Luís Marques, pelo encorajamento e apoio moral na continuação dos estudos no ensino Superior, facto que hoje se efectiva.

O meu muito obrigado e de forma especial, à supervisora Prof^a. Doutora Solange Laura Macamo, pela forma incansável e disponibilidade, durante o processo de ensino que, com sabedoria inesgotável me conduziu até ao momento final da elaboração deste trabalho.

O meu muito obrigado, estende-se, igualmente, ao corpo docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, de quem tive a oportunidade de aprender muito durante este período: Prof. Dr. Hilário Madiquida, Prof. Dr. Leonardo Adamowicz (em sua memória), Dr. Albino Jopela, Dra. Kátia Filipe, Dr. Ricardo Duarte, Dr. Hamilton Matsimbe, Dr. Omar Madime, dr. Celso Simbine, dr. Cezar Mahumane e dra. Marta Langa.

Aos meus filhos, Alvina F. Correia, Hélio F. Correia, Anatórcia F. Correia, Aida F. Correia e Eunice F. Correia, à minha esposa, Adelina Augusto, pelo apoio moral que me deram, durante as várias fases da elaboração deste trabalho.

Agradeço à todos os meus colegas do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural, em particular, designadamente, Hamido Atuía, Énio Tembe, Ernesto Maculuve, Amós Caliate, Varsil Cossa, Francisco Malique, Cátia Malichocho, Albino Chitiba, Osvaldo Mavie, Víctor Mucavel, Luísa Lovane, Juma Chande, Hélder Kalambo, Alberto Pfumo, Misia Isabel, Jacira Nhatsave, com quem, durante quatro anos, convivi e partilhei momentos bons e maus.

Por fim, agradeço à todos que, de forma directa e indirecta, contribuíram para o meu percurso académico e na elaboração deste trabalho.

Muito obrigado à todos!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa, filhos e à toda a família, em geral, pelo apoio moral, psicológico e acompanhamento dos passos dados em quase toda a minha vida académica, incluindo a fase da elaboração do presente trabalho.

Dedico igualmente aos meus pais que tanto lutaram e perspectivaram que a escola fosse a única família sólida na minha vida, embora não estando no mundo dos vivos neste momento, a eles o meu muito obrigado e que as suas almas descansem em paz!

RESUMO

A história de Moçambique é marcada por fases distintas, incluindo a pré-colonial, colonial e pós-colonial. Mais especificamente, segundo as fontes escritas, reforçadas pelas evidências arqueológicas, o Estado pré-colonial de Mutapa, estabeleceu-se no norte do planalto do Zimbabwe, estendendo a sua influência até as áreas drenadas pelo Rio Zambeze, incluindo Moçambique. A ascensão do Estado de Mutapa nesta região, coincide, igualmente, com a penetração portuguesa no seu interior, na busca do ouro trocado por panos e missangas, no contexto do comércio a longa distância com o Índico, facilitado pela navegabilidade do Rio Zambeze. O facto caracteriza o fenómeno conhecido por capital mercantil Português, que também esteve na origem do declínio do Estado de Mutapa.

Assim, o presente trabalho visa compreender a influência do Estado de Mutapa no Vale do Zambeze, em Moçambique, através da análise do Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe* que, do ponto de vista arqueológico, pode ter sido uma das principais capitais do Estado de Mutapa, nesta região. Para tal, uma descrição da identidade arqueológica do Estado de Mutapa foi levada a cabo, para compreender como o tema é abordado e compreendido no Livro Escolar, em Moçambique.

Para o alcance deste objectivo, foi analisado o materialismo histórico mencionado por Nogueira da Costa. Por outro lado, a descrição dos trabalhos arqueológicos levados a cabo em *M'bire Nhantekwe* foi crucial para a comparação das fontes existentes sobre o tema, em Moçambique e como o Estado de Mutapa é abordado no livro escolar. Os resultados obtidos, de certa maneira, contribuem para o aprofundamento da interpretação sobre a formação e administração do Estado de Mutapa no modelo de ensino escolar em Moçambique.

Palavras-Chave: Estado de Mutapa. *M'bire Nhantekwe*. Grande Zimbabwe. Livro Escolar em Moçambique. Identidade Arqueológica.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Ano Domini (relativo à nossa era – n. e.) para designar os anos depois do nascimento de Cristo

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

IFI - Idade do Ferro Inferior

JIU – Junta de Investigação Científica do Ultramar

MAE – Ministério de Administração Estatal

MAM – Missão Antropológica de Moçambique

MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da província de Tete (Elaborado por: Hamido Atuia 2021)	15
Figura 2: Localização do distrito de Zumbo (Elaborado por Hamido Atuia 2021)	16
Figura 3: Reconstituição de M'bire Nhantekwe (Fonte: Beach 1995 citado por Macamo 2006)	19
Figura 4: Império de Mwenemutapa século XV-XVIII (Fonte MINEDH 2017, adaptado por Hamido Atuia 2021)	23
Figura 5: A estrutura política administrativa dos Mwenemutapa (MINED 2017 adaptado pelo autor 2021)	24

INTRODUÇÃO

A influência do famoso Estado histórico de Mutapa originário do planalto do Zimbabwe, fez-se sentir no Vale do Zambeze em Moçambique, onde algumas capitais são conhecidas na documentação histórica, mas ainda a precisarem de confirmação arqueológica. Nogueira da Costa (1980) é um historiador que procurou entender as causas do declínio do Estado de Mutapa, usando o método de análise do materialismo histórico ligado ao Marxismo-Leninismo, que foi implementado em Moçambique logo a seguir à Independência Nacional (Macamo 2006).

Os trabalhos arqueológicos realizados a norte do planalto do Zimbabwe ajudaram a perceber as origens do Estado de Mutapa, a partir do Grande Zimbabwe, numa sequência cronológica determinada a partir do século XVI (Pikirayi 1993).

O Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe* pertence à Tradição Zimbabwe-Khami e esteve, provavelmente, sob a esfera do Estado de Mutapa, em Moçambique, no Vale do Zambeze (Macamo 2006). Esta Tradição incorpora as construções espectaculares de pedras soltas, sem argamassa a uni-las, com casas de habitação de *dhaka* (barro ou matope) numa sequência de estilos arquitectónicos e cerâmicos peculiares (Sinclair 1987; Ndoro 2001)

De acordo com Pikirayi (1993), o Estado de Mutapa é largamente conhecido através das evidências históricas, orais e fontes escritas, mas nunca recebeu uma série de atenção arqueológica, isto porque os acontecimentos que o marcaram são ainda recentes na história do Zimbabwe, como de Moçambique. Daí, segundo ele, a arqueologia não é seriamente vista como o meio mais apropriado para a sua compreensão. Há, por isso, uma necessidade de impulsionar arqueologicamente a história do Estado de Mutapa porque é um dos poucos Estados africanos, a sul do Sahara, que sobreviveu durante longo período de tempo. É também um dos muito raros estados pré-coloniais que possuem uma riqueza de documentação escrita, cobrindo um tempo vasto.

O Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe*, o “*Mwana Matope* ou *Monomotapa*”, como foi chamado pelos portugueses, desencadeou o desenvolvimento urbano através das suas construções típicas de barro características da Tradição Zimbabwe-Khami. É, aqui, analisado, na esfera directa do Estado de Mutapa, no Vale do Zambeze, em Moçambique, para contribuir na sua interpretação, em Moçambique, usando o Livro Escolar.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos nomeadamente:

- Apresente introdução, sobre o problema da investigação, os objectivos (geral e específicos), a justificativa e a relevância do tema escolhido;
- O primeiro capítulo versa sobre a revisão da literatura;
- O segundo capítulo apresenta as características físico-geográficas da área de estudo, tais como a localização, o clima, os solos e a vegetação;
- O terceiro capítulo discute os resultados do estudo efectuado;
- Por último, são feitas as considerações finais e apresentadas as referências bibliográficas.

Objectivos

Geral:

- Analisar as capitais do Estado de Mutapa em Moçambique, especificamente M'bire Nhantekwe.

Específicos:

- Descrever a identidade arqueológica do Estado de Mutapa;
- Analisar a abordagem do ensino escolar sobre o Estado de Mutapa, em Moçambique;
- Analisar o materialismo histórico de Nogueira da Costa, como método de análise do Estado de Mutapa, em Moçambique;
- Caracterizar o contexto físico- geográfico do Vale do Zambeze, no qual está inserido o M'bire Nhantekwe, em Moçambique;
- Descrever o Zimbabwe de M'bire Nhantekwe.

Problematização

O Estado de Mutapa é largamente conhecido através de evidências históricas, orais e fontes escritas, com escassez de uma atenção arqueológica, visto que os acontecimentos sobre o mesmo são tão recentes na história africana e a arqueologia em si não é vista como o meio mais adequado para a sua compreensão. Neste sentido, é quase impossível olhar para o Estado de Mutapa de uma forma isolada, havendo a necessidade de reconciliar as fontes escritas com os resultados dos trabalhos arqueológicos, que são recentes (Pikirayi 1993). Tanto os historiadores, como arqueólogos são unânimes em afirmar que a Tradição do Grande Zimbabwe, no norte do Zimbabwe marca a fase inicial do desenvolvimento do Estado de Mutapa. O processo de

formação do estado de Mutapa pode ter tido lugar mais cedo, por volta do século XIV, com a dinastia Mutapa a dominar outras dinastias (Macamo 1996).

As características das sociedades complexas são usadas como modelos de desenvolvimento do Estado de Mutapa, tendo a estação arqueológica de Baranda, localizada a norte do planalto do Zimbabwe, como exemplo, devido à presença de materiais de superfície, de proveniência local e externa. Baranda, teve contactos comerciais externos, justificado pelos artefactos identificados no local (Macamo 1996). O Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe*, é um local tido como uma das capitais do Estado de Mutapa, em Moçambique, no Vale do Zambeze, mais concretamente na Província de Tete (Grilo 1959, Macamo 1996). O objectivo da presente monografia é a demonstração da identidade arqueológica do Estado de Mutapa no Vale do Zambeze, em Moçambique, usando o Zimbabwe de M,bire Nhantekwe, de forma a contribuir na sua interpretação, através do livro escolar.

Pergunta de partida

Como é que o Estado de Mutapa é compreendido e ensinado nas escolas em Moçambique, através do livro escolar?

Justificativa

Escolha do tema “*O Zimbabwe de M'bire Nhantekwe na esfera do Estado de Mutapa em Moçambique: O Livro Escolar*” foi influenciada pelas motivações pessoais de querer aprofundar os conhecimentos adquiridos durante as aulas, particularmente na disciplina de Sociedades Complexas e o Surgimento de Urbanismo em Moçambique e com efeito, dentro das diferentes abordagens que versam sobre esta temática, constitui a minha preocupação, aprofundar o estudo sobre as primeiras capitais de Mutapa no vale do Zambeze.

Este tema ganha especial relevância para as pesquisas arqueológicas na região da África Austral, particularmente em Moçambique por duas razões essenciais. Primeiro porque vai permitir conhecer a presença das capitais do Estado de Mutapa na região, como M'bire Nhantekwe, em Moçambique. Segundo porque vai permitir conhecer a identidade arqueológica das capitais de Mutapa, em Moçambique, em combinação com os dados históricos já conhecidos.

Entretanto, há insuficiência de interpretação no livro escolar na medida em que não são consideradas evidências arqueológicas. Por outro lado, as interpretações de Nogueira da Costa

sobre materialismo de Marxismo-Lenenismo não são ditas em conta no livro escolar, quando elas são esclarecedoras à acerca das razões do declínio do Estado de Mutapa, como consequência da penetração mercantil português no contexto do comércio de produtos exóticos com o indico.

Definição de conceitos

Amuralhado - Estrutura arquitectónica maciça construída em pedra ou tijolo (geralmente sem argamassa a uni-la) e que surgem a partir do início do processo de sedentarização para proteger as localidades de possíveis ataques, bem como para delimitar a zona onde viviam os chefes (Meneses 2002: 9).

Estado - é o espaço maior de ordenamento político, onde se busca a racionalidade do sistema capitalista, por meio de um conjunto, relativamente diversificado, de instituições (Carnoy, 1990). Segundo Dallari (1991), existem três (3) elementos constitutivos do Estado: povo, território e poder. De salientar que estes elementos constituem os pressupostos ou requisitos para a existência do Estado.

Estado de Mutapa - é formado a partir de um movimento migratório do Grande Zimbabwe, dos povos Shona, para a região do vale do Zambeze, na sequência da invasão e da conquista por exércitos dirigidos por Nhatsimba Mutota, ocorrida por volta de 1440-1450 (MINEDH 2017). Desenvolveu-se entre, os rios Mazoe e Luia, o centro de um novo Estado chefiado pela dinastia dos Muenemutapa (Mutapa), que dominou e subordinou a população pré-existente (Pikirayi 1993).

Império - é uma palavra que indica um Estado que é governado por um imperador. Também pode indicar um território vasto de uma só nação, independentemente do seu formato de governo (Dicionário Enciclopédico alfa 1992). Ver também Aristocracia e Reino, na mesma fonte:

Aristocracia - grupo constituídos por integrantes de camadas sociais com grande poder político e económico. Possuíam privilégios em relação às outras classes sociais.

- **Reino** - trata-se de um Estado regido por uma monarquia, que é uma forma de governo em que o cargo supremo é unipessoal (uma única pessoa), vitalício e, de um modo geral, hereditário.

M'bire Nhantekwe - ruínas do tipo *Zimbabwe*, localizadas no distrito do *Zumbo*, na província de Tete, na fronteira com a República do Zimbabwe. Segundo Macamo (2003), “o amuralhado de

Nhantekwe era de argila medindo cerca de 500 m de circunferência. Encontrou-se no local uma *tumba* de argila e pedra, localizada a sul de um embondeiro “muito alto”. Toda a área era vista como sagrada. Há uma arma de fogo provavelmente de origem Goesa juntamente com armas do rei de Portugal D. Manuel, incluindo a de origem Árabe. Alguns autores consideram M’bire Nhantekwe como uma das capitais do Estado de Mutapa ”. Ver também (Grilo 1959, Macamo 2006).

Tradição - é entendida como sendo o hábito transmitido de pais para filhos, conforme Duarte (1988). Ele concretiza os hábitos de manufactura e decoração de utensílios, evidentes em achados arqueológicos, especialmente evidentes na forma e na decoração dos recipientes de cerâmica que por essa razão se tornam especialmente úteis no que respeita à identificação dessas Tradições, sua distribuição no espaço e no tempo. Para Meneses (2002: 182), tradição é um *continuum* de mudanças culturais graduais através do tempo, representando o desenvolvimento sequencial de uma dada cultura numa determinada região. Ela salienta que, segundo opinião de certos investigadores, tratar-se-á de um grupo de indústrias cujas similaridades a nível dos artefactos produzidos são suficientes para sugerir que eles pertenceram a um bloco histórico-cultural mais lato, com práticas e ideias tecnológicas próprias.

Zimbabwe (*Madzimbahwe*) - Em Shi-Shona significa "*casa de pedra*" ou ainda na concepção dos outros autores significa “ casa do chefe”. Trata-se de estruturas enormes de pedra descobertas formando amuralhados, rodeando um conjunto de estruturas onde se pensa que viviam os chefes dos centros populacionais (Meneses 2002). Em Moçambique são conhecidos vários Zimbabwes, sendo os melhores estudados, arqueologicamente, Songo, em Tete, Manyikeni, em Inhambane e Niamara, em Manica (Macamo 2006).

Métodos de pesquisa

A metodologia usada para a realização do presente trabalho consistiu em 3 fases:

A Primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica nas seguintes instituições: Biblioteca do DAA – UEM, Biblioteca Central Brazão Mazula, Biblioteca do Centro de Estudos Africanos da UEM, Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). Foram ainda consultados os *sites* da internet, onde foram obtidos artigos, relatórios científicos, revistas e outras informações adicionais sobre o tema em estudo.

A segunda etapa consistiu na sistematização e compilação da informação proveniente das várias fontes úteis sobre o tema em estudo. Importa salientar que nesta etapa recorreu-se ao método indutivo. Segundo Lakato & Marconi (2003), o método indutivo é responsável pela generalização, isto é, parte-se de algo particular para uma questão mais ampla, ou seja, geral. O objectivo principal deste método é chegar a conclusões mais amplas do conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado.

Terceira etapa: consistiu na caracterização do modelo do livro escolar, para a interpretação do Estado de Mutapa, em Moçambique.

CAPÍTULO I. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. O contexto geral

O Estado de Mutapa é conhecido através das evidências históricas e fontes escritas, mas não recebeu uma atenção arqueológica, isto porque estes acontecimentos são muito recentes na história do Zimbabwe (Pikirayi 1993), no contexto geral da África, como em de Moçambique (Macamo, em comunicação pessoal 2021). Daí a arqueologia não é vista como sendo a mais apropriada para a sua compreensão.

O estado de Mutapa encontra-se localizado na parte norte do planalto do Zimbabwe, a sul do vale de Zambeze, no actual povoamento Zumbo. Segundo Pikirayi (1993), os historiadores teriam resolvido alguns impasses relacionados com a política e economia do Estado de Mutapa, visto que se encontram detalhadas em fontes escritas e na tradição oral. Ele argumenta que, porém, por outro lado, existem uma variedade de impasses que estão sem resoluções ainda. Por exemplo, os rumores de que o Estado Mutapa desenvolveu-se com o declínio do Grande Zimbabwe não é claramente aceite pelos arqueólogos. Outros autores, referem-se a extensão controlada pelo Estado Mutapa, pois opiniões diferentes são tomadas pelos historiadores, sendo que o “império” estendeu-se pelas margens do deserto do Botswana no ocidente até Moçambique, no Oriente (Costa 1980).

Entretanto, evidências arqueológicas, mostram uma vasta quantidade de olaria local, um amuralhado e porcelana que datam entre os séculos XVI-XVII, como em Baranda (Pikirayi). Há também presença de *dhaka*, o que testemunha a existência de estruturas de casas no passado, tal é o caso de M'bire Nhantekwe (Grilo 1968). Com isso, arqueólogos e historiadores, argumentam que a Tradição do Grande Zimbabwe marca a fase inicial do desenvolvimento do estado Mutapa cujos fundadores vêm de *Guruhusua*, e o processo de formação pode ter-se dado na fase inicial do século XIV com a dinastia Mutapa eventualmente dominando outras dinastias (Costa 1980).

Para Beach (1980), a expansão da Tradição Zimbabwe para o norte do Zimbabwe representou um movimento para a área da dinastia Karanga, que não estava directamente sob controlo do estado do Grande Zimbabwe. Assim, o Estado Mutapa é visto como tendo emergido da poderosa dinastia Karanga (Costa 1980).

De acordo com Mutemba (S/d), documentos orais indicam que entre 1440 e 1450, Nyantsimba Mutota, um homem que vivia no Grande Zimbabwe, saiu da sua terra e fixou-se em Dande, no vale do rio Zambeze, levando consigo seus guerreiros, familiares e gado. Entre as razões que o levaram a migrar estão a procura de terras férteis e as lutas entre famílias ou clãs pelo controlo do comércio com o exterior.

A região do vale do Zambeze permitia o acesso ao mar, o que facilitava em grande parte o comércio com os árabes que vinham até a costa moçambicana. Alguns autores como D. P. Abraham, referem que o Estado dos (Mwene) mutapas foi fundado por um membro dissidente da dinastia do Grande Zimbabwe, chamado Mutota. Outros ainda, como Pacheco (1883:206) citado por Mutemba (S/d), referem que a sua origem foi o resultado de um processo de infiltração de invasores caçadores de elefantes que vinham do sul, das regiões de Shangwe-Dande-Chidima durante um período prolongado de seca, do qual Mutota era chefe. Outros ainda referem que é provável que a fixação dos Swahili em Angoche, Ilha de Moçambique e Quelimane, antes da chegada dos portugueses, esteja relacionado com o surgimento deste império. Newitt (1982) afirma que esta última posição é defendida porque a fixação Swahili na segunda metade do século XV, coincide com o período da emergência do Monomotapa (Mutapa).

Segundo Mutemba (S/d), os Estados Militares do Vale do Zambeze têm a sua origem com a decadência do sistema de Prazos, na primeira metade do século XIX que teve como factores:

- Entre 1820 e 1835, o exército do decadente Estado dos (Mwene)mutapa lançou vários ataques aos prazos da margem esquerda do Zambeze, provocando o abandono da maioria desses prazos quer por parte dos prazeiros, quer por parte dos A-Chicunda e das populações em geral;
- Entre 1830 e 1844, dois grupos *Nguni*, os de *Zwangendaba* e o de Nguana Maseko, atacando as populações, raptando homens e mulheres e cobrando tributos. O primeiro atravessou o Zambeze em 1835 perto da Cachomba (Província de Tete) e o segundo fez a travessia em 1839 por Tambara. A sua presença contribuiu para o abandono das feiras do Zumbo e de Manica, que tinham sido reabertas após a investida de Changamire Dombo em 1693. Cerca de 1840, os *Nguni* tinham ocupado 28 dos 46 prazos que ainda existiam, bem como algumas chefaturas independentes;

- O tráfico de escravos no vale do Zambeze, o qual dependia do mercado brasileiro. Milhares de camponeses foram exportados e os prazeiros principiaram também a exportar o próprio sustentáculo dos prazos: A-Chicunda. Estes fugiram para reinos e Estados vizinhos.

Estes três factores contribuíram para a eclosão das dinastias dos senhores de escravos. Áreas dos antigos prazos foram ocupadas e milhares de A-Chicunda foram reagrupados a troco de tecidos, de bebidas e de armas de fogo, no que ao capital mercantil diz respeito (segundo Solange Macamo, comunicação pessoal, em 2021). Enquanto isso, o Governo português, temeroso da presença *Nguni* no vale do Zambeze, resolveu conceder patentes administrativos e militares a alguns dos novos reis, fazendo-os defender o vale do Zambeze contra os *Nguni*, o que eles fizeram com as patentes de capitão-mor ou de sargento-mor (Mutemba *S/d*).

O Zimbabwe *Nhantekwe* de barro, “Mwenemutapa (dono da terra) ” o Mwana Matope ou Monomotapa”, como foi chamado pelos portugueses, encontra-se localizado numa floresta espinhosa do Distrito de Zumbo, na Província de Tete. Presume-se que o local onde se encontra o *M`bire Nhantekwe* tenha sido a capital do Estado Mutapa (Grilo 1968: 17-18).

Velez Grilo (1968: 15-19) descreve o lugar, onde o mesmo efectuou uma prospecção juntamente com o Engenheiro Sales Grades. Contudo, não conseguiu indicar o sítio no mapa com a devida precisão e desde então nenhum outro trabalho arqueológico foi levado a cabo no local. Nenhuma escavação foi feita, apenas colecções superficiais (Macamo 2006: 126). Por sua vez, Beach 1995 (citado por Macamo 2006: 206), entrevistou Sales Grades e Rita Ferreira na cidade portuguesa de Lisboa em 1994. Segundo esta entrevista, o amuralhado era de barro e que a longa árvore encontrada a sudoeste era chamada de igreja por um capataz local.

O estado de Mutapa substituiu o estado do Grande Zimbabwe no vale do Zambeze, a norte do planalto do Zimbabwe, segundo Pikirayi (1993). Ele demonstrou a continuidade da Tradição Zimbabwe no vale do Zambeze desde o século XVII, período este, que coincide com o estado de Mutapa (Macamo 2006: 207). A comunidade do vale do Zambeze poderá ter mudado do sistema

matrilinear para o patrilinear durante a transição do 1º ao 2º milénio AD, como consequência da introdução do gado vindo de Limpopo no vale do Zambeze (Macamo 2006: 207).

No período colonial, foi enfatizado o papel da ocupação portuguesa na zona interior de Moçambique e nas minas de ouro no planalto de Zimbabwe. Por exemplo, António Fernandes “o famoso descobridor do Monomotapa” mencionou *M'bire Nhantekwe* de uma forma ambígua, relacionado com a vida apostólica e martírio do S. Gonçalo da Silveira (Macamo 2006:121 citando Tracey 1940; Grilo 1968).

A localização no vale do Zambeze da plataforma do Songo, permite estudos comparativos, em relação ao Estado de Mutapa. Pesquisadores Zimbabwuanos, como Beach 1980 e Pikirayi 1993 (citados por Macamo 2006), preocupavam-se com o estudo de *M'bire Nhantekwe*, um projecto, que devia ser levado a cabo em colaboração com arqueólogos moçambicanos, dentro de um projecto global do Vale de Zambeze, apoiado pela Sida/SAREC, o que não aconteceu devido a imprevistos de mau tempo que se fizeram sentir no Distrito do Zumbo, em meados da década de 1990.

Santos Júnior encontrou em 1937, em *M'bire Nhantekwe* um culto de especial importância, um *dzimbagwe*, onde em tempos de calamidade, a população se abrigava por uma ou duas semanas, bebiam e praticavam danças rituais, marcado por repetidas orações e oferendas aos espíritos dos ancestrais, anciãos e recentes. Existia uma fonte perene de água e uma grande árvore chamada *m'chenge*. Com essa descrição pode-se assumir que *m'tchenge* era um lugar sagrado, para práticas cerimoniais (Macamo 2006:126 citando Rita-Ferreira *S/d*). Essa suposição é apoiada por relatórios que indicam que os chefes de Mutapa eram ali enterrados e o local serviu como um cemitério (Macamo 2006: 126 citando Randles 1981: 15).

As campanhas da MAM ficaram para a história e vieram dar um contributo inestimável para o conhecimento arqueológico e histórico da região do vale do Zambeze e em muitas outras regiões de Moçambique (Castelo 2015).

Segundo Macamo (2020), Paul Sinclair (citado por Pikirayi 1993) vê o Estado de Mutapa como a parte norte dos três grupos do modelo do Estado Zimbabwe. Os três grupos de modelo do Estado Zimbabwe representam as divisões políticas da formação estatal no planalto do Zimbabwe, histórica e arqueologicamente documentadas: grupos do sul, ocidente e norte do Zimbabwe:

- O grupo do sul compreende principalmente os desenvolvimentos à volta da estação do Grande Zimbabwe.
- O grupo ocidental constitui a área do Estado de Torwa, em Khami.
- O grupo do norte compreende a formação do Estado de Mutapa.

1.2. A identidade arqueológica do Estado de Mutapa

O norte do Zimbabwe tem sido visto como uma paisagem cultural em mudança. Os estudos da paisagem cultural destacam a importância das relações entre o espaço, tempo, meio ambiente e a cultura (Macamo 2020).

Entretanto, importa referir o seguinte:

“(...) Datas obtidas dos vários madzimbabwe estudados a Norte vão desde o séc. XIV ao séc. XVI, o que sugere que, aquando do colapso do Grande Zimbabwe, o “Estado” dos Mwenemutapa já se encontrava em formação. Assim, a existência de diferentes construções de pedra a Norte do Zimbabwe, podem representar duas fases da formação e consolidação dos Mwenemutapa: os sítios mais antigos representam os movimentos iniciais para Norte, resultando na fundação do “Estado”, com datações entre os inícios do séc. XV, ou até mais cedo e numa segunda fase, a partir do séc. XV para a frente, podem ser vistos como o processo de mudança de capitais de um “Estado” já consolidado, como por exemplo, o sítio de Zvongombe (a Este do Monte Fura, Zimbabwe) e sítios vizinhos.”

(Pwiti 1996, p. 159)

A organização social do Estado Mutapa é difícil de interpretar a partir de evidências arqueológicas, visto que estas não são intangíveis. Os arqueólogos devem, através dos artefactos, ter em conta as diferentes formas organizacionais que as sociedades históricas e pré-coloniais apresentavam. Por outro lado, os modelos antropológicos podem ser aplicados nesta situação, para além das abordagens estruturais do povoamento possíveis em arqueologia. Consequentemente, este modelo tem o mesmo potencial arqueológico, como os outros (por exemplo, modelos históricos) e produzem os resultados esperados, se usados de forma adequada (Pikirayi 1993).

Pikirayi (1993) afirma ainda que os antropólogos, arqueólogos e historiadores interpretam as estruturas do estado de Mutapa de formas diferentes, o que torna difícil encontrar uma interpretação unânime, isto porque os dados são expostos à diferentes abordagens teóricas, modelos e conceitos.

O referido autor, ao colocar o problema do desenvolvimento do Estado de Mutapa, usou modelos com características de sociedades complexas. Uma das estações seleccionadas por ele foi Baranda, que contém materiais de superfície. Baranda situa-se a cerca de 170km de Harare. A estação é de cerca de 1.2km N-S e 1.5km E-W e cobre uma área de 1.8km². Baranda é um campo aberto, arado, com uma quantidade de olaria local, um amuralhado e porcelana (datada aproximadamente entre os séculos XVI e XVII), como Degue-Mufa (Macamo 2006 citada por Macamo 2020).

A estação está bem localizada para a exploração de recursos minerais principalmente o ouro, numa região, que tem sido explorada continuamente desde os tempos históricos (do século XV até ao presente). No local, foi encontrada uma grande quantidade de *dhaka*, testemunhando a existência de estruturas de construção deste material no passado (Macamo 2020).

Baranda, provavelmente teve, contactos comerciais externos extensivos ao oceano Índico, o que é justificado pelos artefactos que foram localmente descobertos (Pikirayi 1993). Ainda segundo Pikirayi (1993) a olaria local tem similaridades com a Tradição do Grande Zimbabwe o que pode testemunhar a continuidade da Tradição do Grande Zimbabwe em Baranda, durante o período histórico e como tal estar relacionada com o Estado de Mutapa. Ele afirma que Baranda é também a maior estação com material importado no norte do Zimbabwe e é um bom exemplo da interacção Afro-Portuguesa. A datação dos seus artefactos proporcionou uma chave para a compreensão de estações arqueológicas que podem ser do Estado de Mutapa (Macamo 2020).

1.3. Causas do declínio do Estado de Mutapa

O declínio do Estado de Mutapa pode estar associado à chegada dos portugueses no Vale do Zambeze, a partir do século XVI (Pikirayi 1993). Os portugueses tinham o propósito de intensificar o comércio do ouro com o Estado de Mutapa, através da implantação de feiras, onde se faziam as trocas desiguais de marfim, ouro por panos e missangas (Costa 1980 citado por Macamo 2020).

Assim, de acordo com Hall (1987) citado por Macamo (2020), a introdução do capital mercantil português no século XVI, constitui o principal factor para o declínio do Estado de Mutapa. A penetração do comércio português no Zambeze foi marcada pela conquista e interferência na política de algumas sociedades que os portugueses contactaram no interior, resultando na sua destruição (conforme Pikirayi 1993). Para ele, quando o *mfecane* tomou lugar na África Austral, na primeira metade do século XVIII, havia elementos internos e externos que geraram mudanças na região.

Para MINEDH (2017), a decadência do Império de (Mwene)mutapa a partir do século XVII, favoreceu a dinastia dos Changamire Dombe. Apesar desta situação, (Mwene)mutapa deslocou o seu poder para o sudoeste de Tete, onde sobreviveu até ao começo do século XIX.

Para o fim do império contribuíram os seguintes factores ou causas:

- ✓ Lutas internas pelo poder e pelo controlo do comércio com a costa;
- ✓ Conflitos permanentes entre o poder Central e os Estados-satélite;
- ✓ Enfraquecimento do poder do Estado devido a interferência dos portugueses nos assuntos do Estado;
- ✓ A expansão do sistema dos prazos no vale do Zambeze;
- ✓ As calamidades naturais no início do século XVIII;
- ✓ As invasões dos povos Nguni.

O surgimento do Estado de Mutapa a norte de Harare representa o reajustamento político e económico às mudanças de circunstâncias do que mudanças estruturais, através da interacção complexa de factores políticos, económicos e ambientais, segundo Macamo 2020 (citando Pikirayi 1993). Por isso, a relação existente entre o Estado de Mutapa e os locais de contacto de comércio Afro-português proporcionam um modelo para a compreensão do impacto do capital mercantil em algumas formações sociais Shona.

1.4. O Materialismo histórico de Nogueira da Costa

O Estado de Mutapa é analisado com base no materialismo histórico, por Nogueira da Costa, como parte da doutrina Marxista-Leninista, de Karl Marx (1818-1883) e Vladimir Lênine (1870-1924), conforme Macamo (2020 citando o Dicionário enciclopédico 1992). Para ela, com base no aspecto económico, as relações de produção que correspondem em cada momento a um grau

de evolução das forças produtivas constituem a autêntica base estrutural sobre a qual se erguem as superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas. Ela acrescenta que, em determinado momento da sua evolução, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção existentes, o que abre uma época de revolução social.

Posto isto, no capítulo seguinte, contextualizo, do ponto de vista geográfico o Zimbabwe de Mbire Nhantekwe.

CAPÍTULO II. O CONTEXTO FÍSICO-GEOGRÁFICO DO ZIMBABWE DE MBIRE NHANTEKWE NO DISTRITO DE ZUMBO, NA PROVÍNCIA DE TETE

O capítulo presente descreve resumidamente os aspectos que caracterizam sob o ponto de vista físico-geográfico a área do estudo, a partir dos quais é possível perceber o contexto ambiental no qual está inserido o Zimbabwe de M'bire Nhantekwe. Esta perspectiva multidisciplinar visa incorporar as fontes ambientais no estudo de *M'bire Nhantekwe*.

2.1. Apresentação geral da Província de Tete

A Província de Tete situa-se no extremo noroeste do País, e faz fronteira com três (3) países numa extensão total de 1480kms, nomeadamente com a República de Malawi 610kms, com a República da Zâmbia 420kms e com a República do Zimbabwe 450kms, bem como com três (3) províncias moçambicanas: Zambézia a este, Manica e Sofala a sul, entre as coordenadas de 14° 00'S e 17° 42' 01"S e 30° 13'E e 35° 20' 07"E. (INDE 2013).



Figura 1: Localização da província de Tete (Elaborado por: Hamido Atuia 2021)

2.2. Localização geográfica do Distrito de Zumbo

O distrito de Zumbo está localizado a Oeste da Província de Tete, confinando a Norte e Oeste com a República da Zâmbia, a Sul com o distrito de Magoè através do Rio Zambeze e a Este com o distrito de Marávia através do Rio Uncanha. A extensão da fronteira com a Zâmbia é de 250Km a partir de Zumbo-Sede até à Localidade de Uncanha no distrito da Marávia. A superfície do distrito é de 12.039 km², com uma densidade populacional aproximada de 5,8 Hab/km² (MAE 2014: 1).

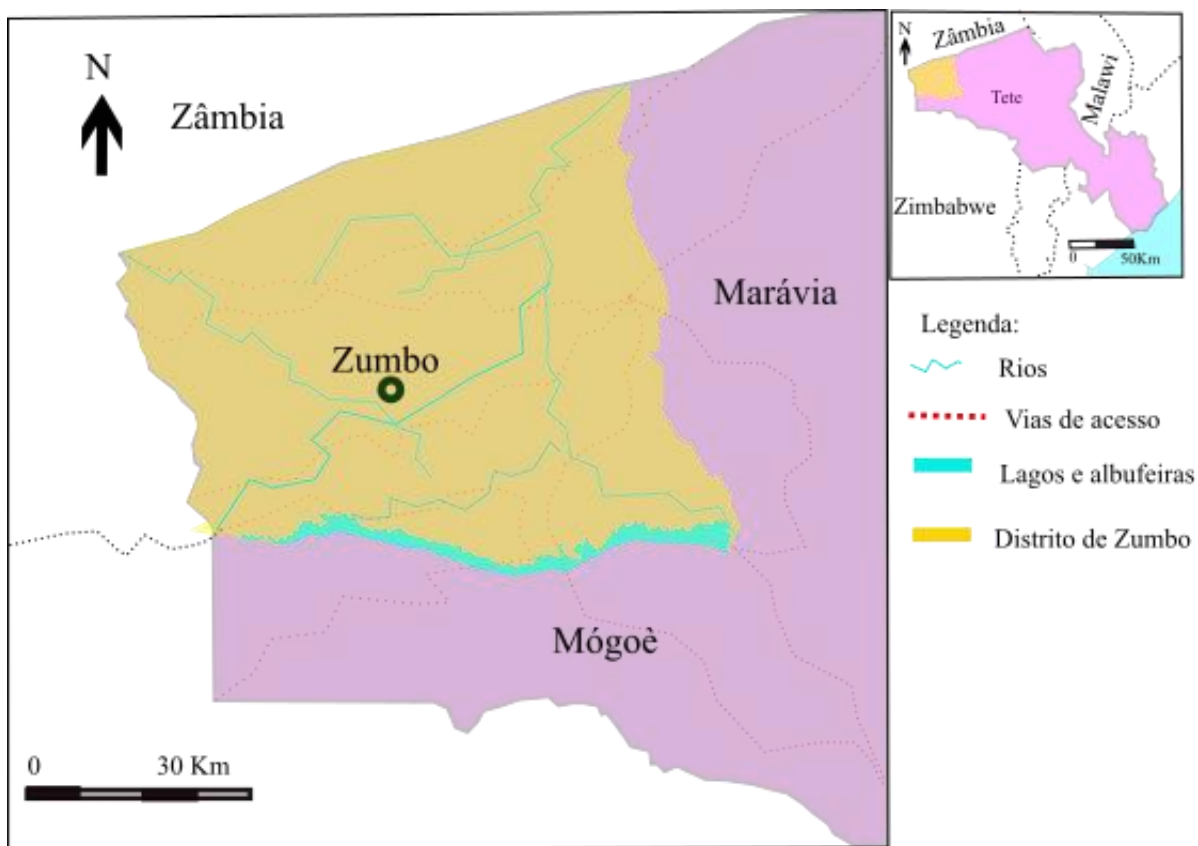


Figura 2: Localização do distrito de Zumbo (Elaborado por Hamido Atuia 2021)

2.3. Condições climáticas do Distrito de Zumbo

O clima da província de Tete mais concretamente no Distrito do Zumbo é influenciado é tropical chuvoso de savana onde as precipitações médias anuais são acima dos 800mm, chegando na maioria dos casos a 1.200 ou mesmo 1.400mm e concentrando-se no período compreendido entre Novembro e finais de Março, podendo localmente estender-se até Maio (MAE 2014: 1).

A evapotranspiração potencial regista valores médios na ordem dos 1.000 a 1.400mm e as temperaturas médias anuais variam de 24 a 26°C, facto que possibilita e encoraja a prática de agricultura de sequeiro com apenas uma colheita sem riscos significativos de perda das culturas (*Ibidem*)

2.4. Hidrografia

Ocorre ao norte do rio Zambeze, marcando a transição para a região de maior altitude do norte do distrito. Tem uma altitude média, compreendendo planaltos baixos, médios e subplanaltos que abrangem altitudes que variam de 200 a 1000 metros acima do nível médio do mar (MAE 2014: 1).

2.5. Geologia

No que concerne aos recursos geológicos, o distrito integra a bacia do Zambeze que é preenchida com rochas eruptivas e rochas metamórficas. O distrito é, igualmente, rico em minerais, sendo que as informações disponíveis referem a existência de carvão, pequenas jazidas de ferro, jazidas de cobre, de apatite, de ouro, de brito de níquel, de crómio, bem como ocorrências de grafite, magnetite e titânio (MAE 2014: 2).

São, ainda, dignas de nota as nascentes de águas mineralizadas, bem como de águas termais profundas, cuja temperatura ronda os 80° C, situadas no povoado de Bohozi., Posto Administrativo de Zumbo (*Ibidem*)

2.6. Relevo

Ocorre ao norte do rio Zambeze, marcando a transição para a região de maior altitude do norte do distrito. Tem uma altitude média, compreendendo planaltos baixos, médios e subplanaltos que abrangem altitudes que variam de 200 a 1000 metros acima do nível médio do mar. O relevo apresenta declives que variam de suavemente ondulados a fortemente dissecados (MAE 2014: 1) A superfície do Distrito de Zumbo não é homogénea, variando entre as altitudes 300 m e os 1500 m. No Distrito configuram-se duas regiões físicas distintas : a norte – a região planáltica com altitudes que atingem 1000 metros, a sul a região mesoplanáltica com altitudes que vão até os 450 metros. A altitude decresce de norte para o sul e de nordeste para o noroeste. Acima dos 1200 m destacam-se os montes Ulongoé (1,416 m), Sanvi (1,378 m), Benga (1,310 m) e Pocoroe (1,227 m) (MAE 2015: 13).

2.7. Vegetação

A vegetação do Distrito de Zumbo é bastante diversa e possui tipos variados de habitats, sendo o mais comum no seu território a floresta de miombo, que representa cerca de 62% da vegetação presente. Com estas formações arbóreas é possível ver outros habitats, como florestas de mopane e florestas e matas secas. Podem ainda observar-se áreas de vegetação agrícola ao longo das linhas de água aí existentes (MAE 2015: 18)

A floresta de miombo é maioritariamente dominante *Brachystegia* spp. Apesar de esta espécie não possuir um elevado valor comercial, existem outras, tais como *Pterocarpus angolensis*, *Millettia stuhlmannii*, *Swartzia madagascariensis* e *Azelia quanzensis*, cuja exploração ilegal pode por em causa a conservação destas florestas (*Ibidem*)

2.8. Solos

O distrito de Zumbo é dominado por solos residuais derivados, na maioria, de rochas metamórficas e eruptivas, em particular, do complexo gnaisso-granítico do Moçambique Belt. São solos de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural (MAE 2014: 1-2).

O capítulo seguinte caracteriza o Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe*, no contexto da análise bibliográfica e das descrições geográfico-ambientais apresentadas.

CAPÍTULO III. DESCRIÇÃO DE M'BIRE NHANTEKWE

3.1. Descrição

M'bire Nhantekwe consiste em ruínas Zimbabwe, localizadas no distrito do Zumbo na província de Tete, na fronteira com a República do Zimbabwe. O amuralhado de *Nhantekwe* era de argila medindo cerca de 500 m de circunferência. Encontrou-se no local uma *tumba* de argila e pedra, localizada a sul de um embondeiro “muito alto”. Toda a área era vista como sagrada. Há uma arma de fogo provavelmente de origem Goesa juntamente com armas do rei de Portugal D. Manuel, incluindo a de origem Árabe (Grilo 1959). Alguns autores consideram *M'bire Nhantekwe* como uma das capitais do Estado de Mutapa (Macamo 2003).

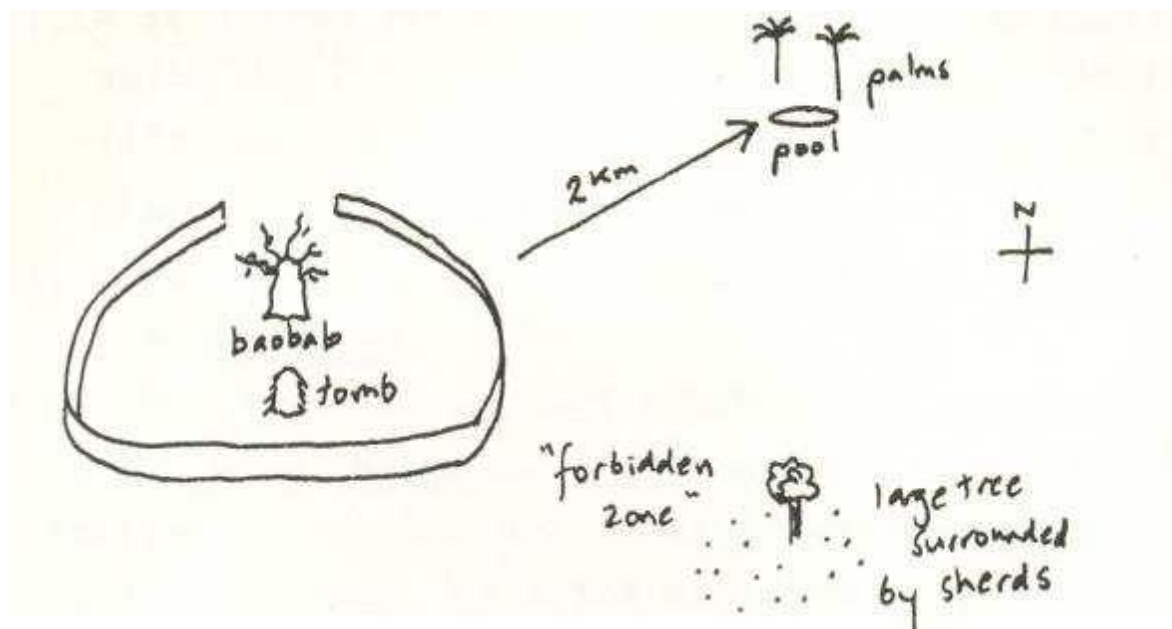


Figura 3: Reconstituição de *M'bire Nhantekwe* (Fonte: Beach 1995 citado por Macamo 2006)

À superfície foram recolhidos exemplares de cerâmica, vidros, uma colher de fabrico indiano (de estanho), uma zagaia e uma enxada da segunda idade do ferro de R. Summers. A Olaria é predominante da que ainda hoje fabricam os A- Tande, ramo dos A- Tawara. Outra semelhante ao tipo Gkomere de R. Summers. O vidro parece ser semelhante ao de fabrico muçulmano na Índia de então (Tracey 1940; Grilo 1968: 19).

Não foram feitas escavações por falta de tempo e meios de as realizar e devido à resistência das comunidades locais, em colaborar com os representantes do regime colonial (segundo Solange

Macamo, comunicação pessoal em 2021). Interessa particularmente num futuro próximo prospectar os túmulos, particularmente o de Nhantekwe para melhor identificar o ciclo cultural a que pertencia a gente do Monomotapa, bem como o tipo racial, pela recolha cuidadosa dos esqueletos. Após pesquisas sistemáticas houve a necessidade de colocação no local de um marco, definindo para o futuro a localização do “Zimbabwe”, as “ruínas” não têm qualquer interesse monumental, nem parece haver relíquias cuja conservação “in situ” se imponha (Grilo 1968).

3.2. História da investigação

M'bire Nhantekwe conhecido como clã Zimbabwe, foi estudado por António Fernandes, “o famoso descobridor de Monomotapa”. Nos tempos coloniais, foi dada ênfase ao papel de ocupação portuguesa do interior de Moçambique e do planalto do Zimbabwe, mencionando-se *M'Bire Nhantekwe* de uma maneira vaga (Mutapa) estando relacionada com a vida e martírio de S. Gonçalo da Silveira (Tracey 1940; Grilo 1968: 15).

Santos Júnior (citado por Rita-Ferreira S/d: 30) aquando da segunda campanha antropológica de 1937, segundo o seu relatório destaca que a estação de *M'Bire Nhantekwe* tinha como função a realização de cultos (Randles 1981: 15). Há também informações de que,

“em 1959, D.P. Abraham afirmou ter localizado este cerco de pedra, que ele chamou de Gruta de Rakasekete “(...)”, sem contudo, precisar a sua localização. Mais tarde, K. Robinson, arqueólogo, também viu este recinto de pedra em 1963; que chamou de Ruswingo Kasekete e identificou exactamente a 16° 22' 30” S e 30° 45' 0” E. Mas, parecia-lhe que certas paredes erguidas em ângulos rectos entre si reflectiam a influência portuguesa (Randles 1981: 15).

Para Rita-ferreira (1975) o terceiro Mambo Rozwi, Matope ou Mutope na primeira metade do séc. XV decidiu transferir a sua capital do Grande Zimbabwe para um local muito mais a Norte, e a Sudeste do Zumbo. As causas do abandono do Grande Zimbabwe são atestadas pela arqueologia, como tendo sido de natureza económica, esgotamento dos recursos naturais, interrupção das rotas do Save (Rita-Ferreira 1975: 39), o que poderá ter originado a formação do Estado de Mutapa.

Cerca de 1480, o Mwene Mutapa II era considerado como suprema autoridade num vasto império que se estendia do Zambeze ao Limpopo e do deserto do Kalahari ao Oceano Índico.

Colocou membros da sua própria família como governadores dos territórios conquistados. A um deles, Xanga foi entregue o governo da Província de Guruhusua, onde se situava a primitiva capital de Mutapa. O Estado de Torwa, baseado em Khami (Macamo 2009, citando Robinson 1959) passou a governar a província central de *Mbire*. No oriente, nos territórios recentemente conquistados que hoje fazem parte de Moçambique – Chidima, Manica, Báruè, Quiteve e Madanda – colocou outros parentes como governadores (Rita-Ferreira 1975: 39).

Os pesquisadores do Zimbabwe (Beach, comunicação pessoal, Pikirayi, comunicação pessoal) estavam preocupados com o estudo de *M'Bire Nhantekwe*, um projecto que foi perspectivado em colaboração com arqueólogos moçambicanos, através de Solange Macamo, dentro do projecto global do Zambeze global projecto patrocinado pela sida/SAREC (Macamo 2006: 204-206), mas sem efeito, conforme referido no capítulo 1. Num futuro próximo valeria a pena concretizar este plano.

3.3. Subsídios sobre interpretações Marxista Leninistas

Os estudos sociais sobre a população local em Moçambique foram realizados sob o impacto do etnocentrismo do regime colonial, o que resultou na desvalorização do passado anterior à chegada dos portugueses, facto criado pelos próprios colonizadores (Morais 1984: 115). Esta ideologia tinha implicações políticas, bem como académicas específicas na colónia. Consequentemente, foram negligenciados os conhecimentos antes da chegada dos portugueses, formações sociais e processos históricos subjacentes da sociedade moçambicana, situação que Nogueira da Costa procurou corrigir depois da Independência nacional, usando o materialismo histórico, um método baseado no Marxismo-leninismo (Macamo 2006).

Com esta informação, no capítulo seguinte pretende-se ilustrar como é que o livro escolar em Moçambique retrata a problemática do Estado de Mutapa. Este estudo procura contribuir no aprofundamento do seu ensino escolar, em Moçambique.

CAPÍTULO IV: O ESTADO DE MUTAPA NA ABORDAGEM DO LIVRO ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE

4.1. Generalidades

O Estado dos Mwenemutapa, Monomotapa são designações usadas para se referir ao Estado de Mutapa, no livro escolar, em Moçambique, conforme o retrato que se segue:

- O Estado dos Mwenemutapa nasce do desenvolvimento da parte da população do planalto do Zimbabwe para o vale do Zambeze, entre os rios Zambeze, a Norte, e o rio Limpopo, a Sul, entre o deserto de Khalahari, a Oeste, e o Oceano Índico a Este sob a direcção do clã Rozwi (Pereira 2000, MINEDH 2017).

- Por volta de 1450, Mutota, chefe do clã Rozwi, abandona a região do planalto do Zimbabwe com seus seguidores em direcção ao vale do Zambeze fixando-se na região de Dande. A partir de Dande e através de guerras de conquistas, Mutota e, mais tarde o seu filho Matope, dominaram os reinos vizinhos, formando o império cujos limites se estendem do Zambeze ao Limpopo e do oceano Índico ao deserto de Khalahari (MINEDH 2017).

- Nos meados do século XV, chega o povo Rozwi, ainda no Reino de Zimbabwe introduziu um novo estilo de construção mais elaborado, uma cerâmica mais fina, uma maior variedade de peças de ouro e bronze e maior número de produtos orientais. O chefe Rozwi – Mutapa adoptou o nome de Mwene-Mutapa que significa “*senhor das minas*” (MINEDH 2017).

Do livro escolar percebe-se ainda que:

Segundo Pereira (2000), com a desintegração do Grande Zimbabwe, dois estados foram formados:

- O Estado de Torwa, formado pelo clã Torwa, com a capital em Khami;
- O Estado de Mwenemutapa, por volta de 1450 sob a direcção do clã Rzwi chefiado por Mutota.

Ainda de acordo com Pereira (2000),

“O poder central do Estado dos Mwenemutapa localizava-se entre os rios Luia e Mazoe e era circundado por uma cintura de Estados vassallos ou satélites, entre os quais se encontravam: Sendada, Quiteve, Manyika, Quissanga, Butua, Maíngue.”

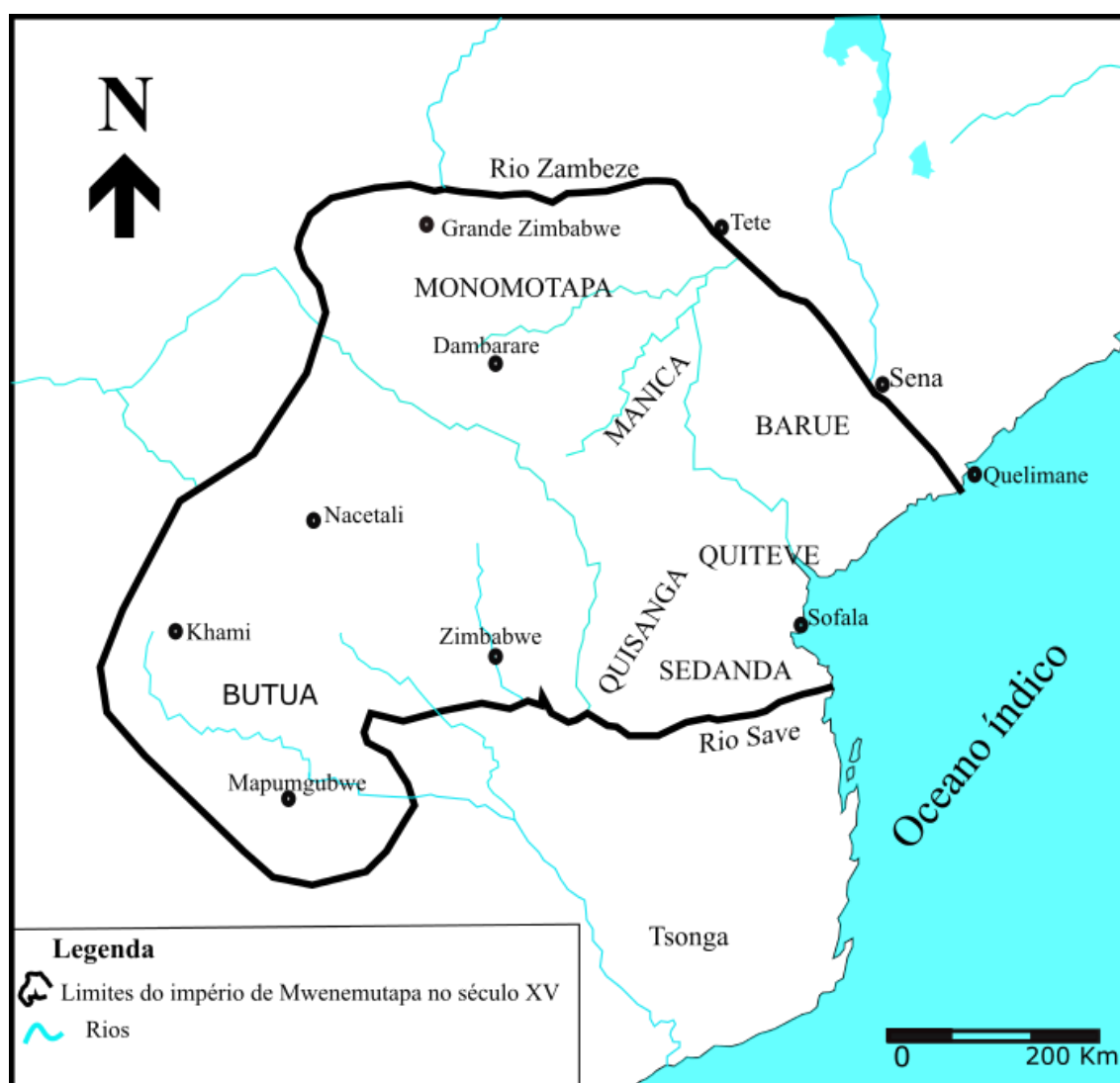


Figura 4: Império de Mwenemutapa século XV-XVIII (Fonte MINEDH 2017, adaptado por Hamido Atuía 2021)

As classes dominantes desses Estados eram constituídas por parentes dos Mwenemutapa e por estes nomeados, tinham a tendência a rebelar-se quando o poder central enfraquecia. A estrutura política administrativa dos Mwenemutapa era representada da seguinte maneira:

Mwenemutapa (chefe supremo), era o chefe máximo com funções administrativas. Na sua governação, o rei, contava com auxílio de três principais esposas (Mazarira, Inhahanda e Nambuzia), que tinham funções importantes na administração do Império; Os nove altos funcionários eram responsáveis pela defesa, comércio, cerimónias mágico-religiosas, relações exteriores, festas, da corte; os mutumes (mensageiros) e os infices (guarda pessoal do soberano). O Império era dividido em províncias e estas em aldeias. As províncias eram governadas pelos familiares do soberano (filhos e sobrinhos), chamados de Fumos ou Encosses. As aldeias eram dirigidas por Mukuru ou Mwenemuchas e geralmente era um ancião (MINED 2017).

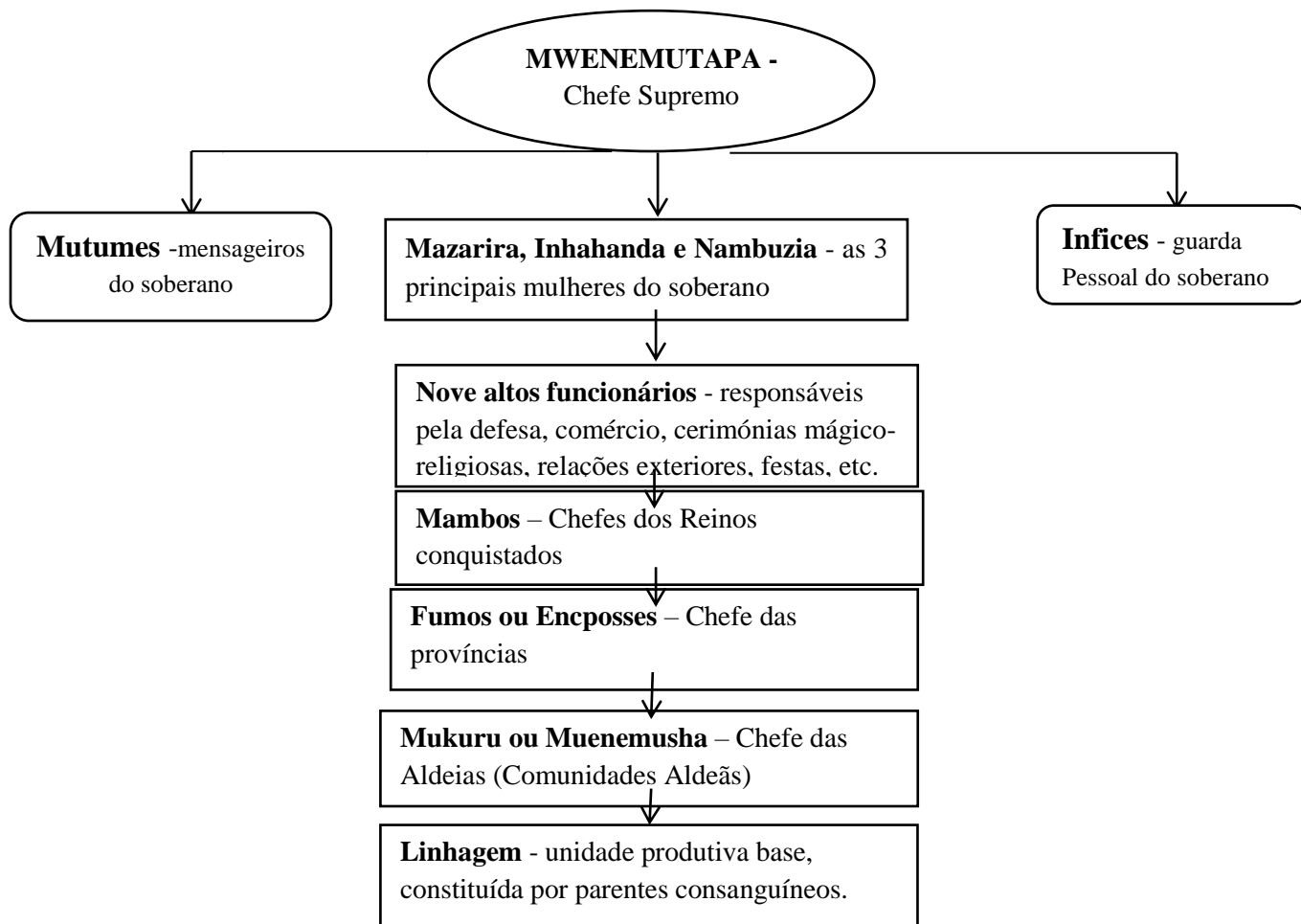


Figura 5: A estrutura política administrativa dos Mwenemutapa (MINED 2017 adaptado pelo autor 2021)

4.2. Estrutura sócio-económica

Segundo Pereira (2000), a sociedade *shona* estava dividida em dois níveis sócio-económicos distintos: a comunidade aldeã (*musha* ou *incube*) e a aristocracia dominante. A articulação entre a aristocracia dominante e as comunidades aldeãs encerrava relações de exploração do homem pelo homem, materializados pelas obrigações e direitos que cada uma das partes tinha para com a outra. Ele refere que as obrigações das comunidades aldeãs eram:

4.3. Pagamento de impostos em trabalho:

- Mineração do ouro para alimentar o comércio a longa distância;
- Prestação de alguns dias de trabalho nas propriedades dos chefes;
- Construção de casas para os membros das classes dominantes;
- Transporte de mercadorias de e para os estabelecimentos comerciais.

4.4. Pagamento de impostos em géneros:

- Primícias das colheitas (tributo simbólico) e uma parte da produção (tributo regular);
- Marfim, peles e penas de alguns animais e aves, respectivamente;
- Material para a construção da classe dominante: pedras, palhas, etc..

Por sua vez, a classe dominante tinha a obrigação de:

- Orientar as cerimónias de invocação das chuvas;
- Garantir a segurança das pessoas e dos seus bens;
- Assegurar a estabilidade política e militar no território;
- Servir de intermediário entre os vivos e os mortos;
- Orientar as cerimónias mágico-religiosas contra as cheias, epidemias, calamidades naturais, etc.

4.5. Ideologia do Estado dos Mwenemutapa

No estado dos Mwenemutapa existiam vários termos para designar Deus: *Mulungo* ou *Mwari*. Havia também, vários e diferentes espíritos: os *Muzimu* (espíritos malignos), e eram os mais respeitados e temidos. Havia a crença de que em cada doença ou necessidade os reis podiam resolvê-los. Os *Swikiros* eram os especialistas que garantiam a ligação entre os vivos e os mortos. Também eram denominados *Pondoros* ou *Mondoros*. Para garantir um bom governo e a

estabilidade social eram necessárias boas relações com os antepassados e com os *Muzimus*. Os *Swikiros* constituíam o suporte das classes dominantes, estas por seu lado, eram executores das ordens dos antepassados mortos em toda a vida e vivos na morte (MINEDH 2017).

Na visão de Pereira (1994), grande parte da população, explicava os aspectos da sua vida diária, através de factos desconhecidos. Presume-se que naquela época a ciência não estava desenvolvida, daí que, a população apoiava-se na ideia de que o (Mwene)mutapa tinha o poder de falar com o Mutota (pai do chefe máximo do império, falecido em 1450), através de um leão. Desta feita, quando morria um (Mwene)mutapa, o sucessor dizia sempre que tinha falado com o leão e que este lhe tinha dito que este devia ser o novo (Mwene)mutapa, assim, ninguém se atrevia a desobedecer o (Mwene)mutapa e caso alguém morresse, atacado por um leão, dizia-se ter desobedecido as ordens do (Mwene)mutapa.

Durante a escassez de chuva, as populações acreditavam que comunicando com o (Mwene)mutapa, ele podia falar com o Mutota, para que este, por sua vez, solicita-se ao leão que provesse uma queda de chuva (Pereira 1994).

4.6. Economia do Estado dos (Mwene)mutapa

No estado dos (Mwene) mutapa praticava-se a agricultura de cereais como a mapira, a mexoeira e o arroz. A caça, a pesca, o artesanato e mineração eram actividades complementares. A mineração, por sua vez, era uma actividade importante porque contribuía para o desenvolvimento do comércio e o artesanato. Era na mineração onde se extraía o ferro, o cobre e o ouro, que eram utilizados para o fabrico de enxadas de cabo curto, machados e objectos de adorno. Com a presença Árabe e mais tarde Portuguesa, os produtos de mineração foram transformados em produtos de troca (MINEDH 2017).

4.7. Interpretação baseada em Nogueira da Costa (1980) e designação do Estado.

Assim a classe dominante, obtinha os tecidos, porcelanas, missangas e outros objectos que eram considerados de grande valor, como bens de prestígio, apropriados pela classe dirigente (Costa 1980). Esta prática passou a garantir a acumulação de riqueza dos chefes a partir da mineração. A aristocracia passou a impor às comunidades a exploração de ouro e outros minérios, no contexto do desenvolvimento do capital mercantil português, que acabou com o Estado de

Mutapa, conforme é conhecido no Zimbabwe e também no ensino da arqueologia em Moçambique.

CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do presente trabalho ficou claramente evidenciado que o Estado de Mutapa é amplamente conhecido através das evidências históricas que englobam as fontes escritas e orais, por tratar-se de um período recente e, que conseqüentemente, recebe pouca atenção arqueológica, como em Moçambique. No entanto, mercê das investigações arqueológicas do Estado de Mutapa no Zimbabwe, os seus resultados têm reflexos em Moçambique, conforme se ensina na cadeira de Sociedades Complexas e o Surgimento do Urbanismo em Moçambique. Tal aspecto resulta do facto de que o Estado de Mutapa teve influências directas no Vale do Zambeze, em Moçambique.

Ademais, o estudo arqueológico do Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe*, foi efectuado muito antes do Zimbabwe.

Por outro lado, os historiadores teriam resolvido alguns impasses relacionados com a política e economia do Estado de Mutapa, visto que se encontram detalhadas em fontes escritas e na tradição oral do que nas evidências arqueológicas.

O Zimbabwe de *M'bire Nhantekwe* que se encontra- localizado numa floresta de difícil acesso no Distrito de Zumbo, na Província de Tete, presume-se ter sido uma das capitais do Estado Mutapa. Santos Júnior poderá ter encontrado em 1937, evidências de práticas de cultos em *M'bire Nhantekwe*, onde em tempos de calamidade, a população se abrigava por uma ou duas semanas, bebiam e praticavam danças rituais, marcado por repetidas orações e oferendas aos espíritos dos ancestrais, anciãos e recentes. Existia uma fonte perene de água e uma grande árvore chamada *m'tchenge* (Macamo 2006). As campanhas da Missão Antropológica de Moçambique desempenharam um papel importante na identificação de sítios arqueológicos e deram um contributo inestimável para o conhecimento arqueológico e histórico da região do vale do Zambeze e não só.

Adicionalmente, o Estado de Mutapa é maioritariamente compreendido do ponto de vista histórico nas escolas secundárias em Moçambique, enfatizando aspectos como a história de sua formação, estruturas político-administrativas e sócio-económicas e as ideologias dos Estados que formam o Estado de Mutapa (os Estados de Mwenemutapa). Estas abordagens mostram categoricamente a formação do Estado de Mutapa através do declínio do Grande Zimbabwe, o

que como anteriormente foi evidenciado, não é completamente aceite pelos arqueólogos. Com efeito, as evidências arqueológicas, mostram uma vasta quantidade de olaria local no povoamento de Zumbo e uma presença de *dhaka*, o que testemunha a existência de estruturas de casas no passado. Contudo, arqueólogos e historiadores argumentam que a Tradição do Grande Zimbabwe marca a fase inicial do desenvolvimento do estado Mutapa e o processo de formação pode ter-se dado na fase inicial do século XIV com a dinastia Mutapa eventualmente dominando outras dinastias. O Estado Mutapa é visto como tendo emergido da dinastia Karanga, visto que não estava directamente sob controlo do Grande Zimbabwe.

É nesta senda que o Estado de Mutapa, deve ser estudado e compreendido nos currículos escolares em Moçambique, olhando para as diferentes perspectivas, abrindo campo e hipóteses para mais pesquisas de modo a se chegar a uma unanimidade entre pesquisadores (historiadores e arqueólogos). Há uma clara necessidade de se ensinar e compreender a perspectiva histórica em paralelo com a perspectiva arqueológica, olhando para a extensão do estado de Mutapa em si e o desenvolvimento comercial que o mesmo teve, como a chave do seu declínio, no contexto do capital mercantil português. Nesse sentido, o marxismo-lenismo como ideologia e metodologia de análise adoptada em Moçambique, logo após a Independência contínua actual, para o estudo do Estado de Mutapa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beach, D. N. 1980. *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*. Gwelo, Mambo Press.

Castelo, I. F. 2015. *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os Sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*. Portugal.

Costa, N. 1980. *O Caso do Muenemutapa*. Maputo: Caderno Tempo/Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.

Dicionário Enciclopédico Alfa. 1992. Lisboa: Publicações Alfa

Dallari, Dalmo de Abreu. 1991 *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.

Grilo, V. H. V. 1968. “Localização do Zimbabwe de M'bire Nhantekwe”. *Revista Monumenta* 4: 15-19.

Duarte, R.T. 1988. Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (1974 a 1988). Perspectiva do trabalho realizado. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 4. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane.

Hall, M. 1987. *The changing past: Farmers, Kings and traders in Southern Africa, 200-1860*. Cape Town: David Philip.

INDE, 2013. Atlas de Moçambique. Maputo: Editora Nacional de Moçambique

Marconi, M. A & Lakatos, E. M. 2003. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas.

Macamo, S. L. 2003. *Dicionário de Arqueologia e Património cultural de Moçambique*. Ministério da Cultura. Maputo e UNESCO.

Macamo, S. L. 2006. *Privileges Places in South Central and North Mozambique: The archaeology of Manyikeni, Niamarra, Songo and Degue-Mufa*. Studies in Global Archaeology 4. Uppsala: Department of archaeology Ancient History.

Macamo, S. 2009. Pré-História de Moçambique (trabalho não publicado) Maputo, UEM: Departamento de História

Macamo, S. 2020. Manual da Tradição Zimbabwe-Khami e o Estado de Mutapa: Moçambique na região (trabalho não publicado). Maputo: UEM: DAA.

Meneses, M.P. 2002. Glossário de alguns conceitos e termos utilizados em arqueologia (trabalho não publicado). Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane.

Morais, J. M. & P. J. J. Sinclair. 1980. Manyikeni, a Zimbabwe in southern Mozambique. In: *Proceedings, 8th Panafrican Congress of Prehistory and Quaternary Studies*, Leakey, R. E. & Ogot, B. A. (eds.), 351–4. Nairobi: International Louis Leakey Memorial Institute for African Prehistory.

MAE. 2014. *Perfil do Distrito de Zumbo*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. www.maefp.gov.mz [Consultado em 20 de Fevereiro de 2019].

MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. 2017. História – Programa do Ensino Secundário à Distância (PESD) 1º Ciclo. Instituto de Educação Aberta e a Distância. Moçambique.

Mutemba, C. [S/d]. História de Moçambique 12ª Classe. Maputo.

Ndoro, W. 2001. *Your monuments our Shrine: the preservation of Great Zimbabwe*. (Studies in African Archaeology 19). Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University

Newitt, M. D. 1982. The Early history of the Maravi. *Journal of African History*. 23.

Perfil Distrital de 2015, *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local*.

Pereira, L. F. 1994. A História da Minha Pátria – 5ª Classe. República de Moçambique.

Pereira, J. L. 2000. História de Moçambique. Kitabu. Maputo. Moçambique.

Pikirayi, I. 1993. The Archaeological Identity of the Mutapa State: Towards an historical archaeology of northern Zimbabwe. *Studies in African Archaeology* 6. Uppsala.

Pwiti, G. 1996. *Continuity and Change: an archaeological study of forming communities in northern Zimbabwe AD 500-1700*. (Studies in African Archaeology 13) Uppsala: Department of Archaeology.

Randles, W.G.L. 1981. *The empire of Monomotapa*. Gweru: Mambo.

Rita-Ferreira, A No date.

Rita, F. A. 1975. *Pequena história de Moçambique Pre-colonial*.Pg-3.

Sinclair, P.J.J. 1987b. *Space, Time, and Social Formation: a territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c. 0–1700 AD*. (AUN 9). Uppsala: Societas Archaeologica Upsaliensis.

Tracey, H. 1940. *António Fernandes Descobridor do Monomotapa*. Lourenço Marques (Maputo): Arquivo Histórico de Moçambique & Imprensa Nacional.